

Ventos de São Fernando I Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Fernando I Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Fernando I Energia S.A. ("Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ventos de São Fernando I Energia S.A. em 31 dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 8 de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº. 1 RS 060571/O-0

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.990	226	Fornecedores	11	1.536	1.548
Contas a receber de clientes	6	3.439	9.301	Partes Relacionadas	19	6.104	7.076
Despesas antecipadas		352	332	Impostos a recolher		513	874
Impostos a recuperar	7	320	429	Financiamentos	12	7.934	9.501
Créditos diversos		34	162	Dividendos a pagar	19	-	1.106
Total		8.135	10.450	Total		16.086	20.105
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	7.426	6.792	Financiamentos	12	259.148	251.412
Contas a receber de clientes		-	118	Provisão para desmobilização	10.3	2.500	3.762
Outros créditos		21	21	ICMS Diferido	10.4	2.815	2.815
Imobilizado	10	354.603	364.264	Total		264.463	257.989
Total		362.050	371.195	Total do Passivo		280.550	278.094
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	15	100.000	100.000
				Reservas de lucro	15	-	3.551
				Prejuízo Acumulado	15	(10.364)	-
				Total do patrimônio líquido		89.636	103.551
Total		370.185	381.645	Total		370.185	381.645

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Operacional Líquida	16	46.981	19.721
Custo da Operação	17	(21.789)	(6.034)
LUCRO BRUTO		25.192	13.687
Despesas / Receitas Operacionais Gerais e administrativas	17	(1.648)	(583)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		23.545	13.104
Receitas financeiras	18	428	76
Despesas financeiras	18	(36.281)	(5.911)
Outras Receitas e Despesas		-	252
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(12.309)	7.521
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	9	(1.606)	(2.639)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(13.916)	4.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(13.916)	4.882
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(13.916)</u>	<u>4.882</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		42.719	(2.079)	-	-	(225)	40.415
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.882	4.882
Integralização de Capital Social		57.281	2.079	-	-	-	59.360
Constituição de reserva legal		-	-	233	-	(233)	-
Destinação de dividendos		-	-	-	-	(1.106)	(1.106)
Constituição de reserva especial		-	-	-	3.318	(3.318)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		100.000	-	233	3.318	-	103.551
Prejuízo líquido do exercício	15	-	-	-	-	(13.916)	(13.916)
Absorção com prejuízos acumulados	15	-	-	(233)	(3.318)	3.551	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		100.000	-	-	-	(10.364)	89.636

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro(Prejuízo) líquido do Exercício		(13.916)	4.882
Ajustes para reconciliar o Lucro (Prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado) atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	1.606	2.639
Juros sobre a dívida	18	32.104	5.184
Despesas Financeiras com Desmobilização	18	81	13
Amortização Desmobilização	10	125	21
Depreciação e amortização	10	12.227	2.014
		<u>32.227</u>	<u>14.753</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Clientes a receber		5.980	(9.419)
Outros Creditos		128	(57)
Impostos a recuperar		109	(233)
Despesas antecipadas		(20)	(332)
Fornecedores		(12)	(3.409)
Partes Relacionadas		(45)	150
Impostos a recolher		(765)	296
ICMS Diferido		-	2.815
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>37.601</u>	<u>4.564</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.202)	(2.639)
Pagamento de juros	12	(32.123)	(3.536)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>4.276</u>	<u>(1.611)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(4.034)	(234.987)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		<u>(4.034)</u>	<u>(234.987)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Integralização de Capital		-	59.360
Captação de financiamentos	12	15.342	137.854
Pagamento de financiamentos	12	(9.154)	-
Captação de empréstimos partes relacionadas	19	6.000	6.926
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	19	(6.926)	-
Pagamento de Dividendos	15	(1.106)	-
Aplicações Financeiras Vinculadas		(634)	(3.571)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.522</u>	<u>200.569</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.764</u>	<u>(36.029)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		226	36.255
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>3.990</u>	<u>226</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais – R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos São Fernando I Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59592-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 05 de agosto de 2015.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Norte 1 Energia Ltda. (Rio Norte I), que detém 100% das ações da companhia. A Rio Norte 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas

	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>
Rio Norte I Energia Ltda	99.999.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	<u>100.000.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público, seu controlador é a Rio Norte I Energia Ltda.

A obra de construção do parque iniciou em 01/12/2019 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL. A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação, dia 18/12/2018.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Leilão de Energia Elétrica Incentivada no Ambiente de Contratação Livre – ACL – CEMIG GT LP 03/2018	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada PD GT 221/2018, datado de 26 de junho de 2018 com a CEMIG GT	Parque Eólico São Fernando 1, composto por 22 aerogeradores com capacidade individual de 3,465 MW/h iniciou sua operação em teste em julho de 2020 e operação comercial em outubro de 2020.

a) Licenças e autorizações

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal emitiu licença de Operação Nº 2020-152100/TEC/LO-0141 com data de validade até 28/08/2026 A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 7519, de 18 de dezembro de 2018, autorizando Ventos de São Fernando I Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.008.029/0001-15, com sede na Fazenda São Fernando, RN 129, km 9,5, no município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte, a implantar e explorar a Central Geradora Eólica – EOL São Fernando 1, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação no diário Oficial.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.951 em 2021 (R\$ 9.655 em 31 de dezembro de 2020). Com base nas informações de projeção de fluxo de caixa, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamento e que a geração de fluxos de caixa futuro decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos. No entanto, as taxas de inflação, tiveram impacto no custo dos empréstimos ao longo de 2021, situação que terá um “Head” natural a partir do ano de 2022 com o início do fornecimento nos contratos que também detém o mesmo fator de ajuste, aumentando assim a receita na mesma proporção. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 99%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 8 de abril de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. , limitados ao prazo de autorização dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”. O valor registrado na rubrica “adiantamento de clientes” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais ou ao final do primeiro quadriênio, conforme estabelecido em contrato.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2021, sendo elas:

- a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
 - (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
 - (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
 - (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
 - (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
 - (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
 - (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
 - (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2020, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas é de 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. A Companhia não identificou mudanças nas vidas úteis no exercício de 2021.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3 Desmobilização de Ativos – Custos de Desmobilização

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na NE 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta corrente	5	2
Aplicações financeiras	<u>3.985</u>	<u>224</u>
	<u>3.990</u>	<u>226</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
BNB	BNB AUTOMATICO FI RF	Indefinido	55,32% do CDI a.a.	3.526	41
BRADESCO	CDBs/LETRAS	Indefinido	97,75% do CDI a.a.	459	183
				<u>3.985</u>	<u>224</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	6.167
Deal Comercializadora de Energia LTDA	3.134	3.134
KROMA Comercializadora de Energia LTDA	305	
Créditos energia gerada no exercício	-	118
Conta a Receber de Clientes	<u>3.439</u>	<u>9.419</u>
Ativo Circulante	3.439	9.301
Ativo Não Circulante	-	118

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IR a compensar	152	200
CSLL a compensar	-	60
Outros Impostos a compensar	169	169
	<u>320</u>	<u>429</u>
Circulante	320	429

8. APLICAÇÃO FINANCEIRA

Conforme previsto contratualmente, foram abertas duas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido, todas mantidas junto ao Banco do Nordeste. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante, no montante de R\$ 7.426.

As aplicações financeiras vinculadas correspondem a quotas do produto RESERVA FIC FI RF do Banco do Nordeste.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco do Nordeste	BNB CONTA RESERVA FIC FI RF	Indefinido	79,48% do CDI a.a	7.426	6.792

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Em 2020 a empresa era optante pelo Lucro Real e em 2021 passou para Lucro Presumido.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada no exercício de 2021 pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 12% para CSLL e 8% para IRPJ. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido	<u>2021</u>
Receita Bruta	<u>48.218</u>
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	3.857
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	5.786
Receitas Financeiras	<u>428</u>
Total Base de Cálculo IRPJ	4.285
Total Base de Cálculo CSLL	6.214
IRPJ à alíquota 25%	1.047
CSLL à alíquota 9%	<u>559</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.606

b) Impostos Correntes ano 2020

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	<u>2020</u>
Resultado antes dos tributos	7.521
Alíquota combinada de impostos	<u>34%</u>
Despesa fiscal à alíquota combinada	(2.557)
Outras diferenças permanentes líquidas	<u>(82)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.639)</u>
Corrente	(2.639)
Total	<u>(2.639)</u>
Alíquota efetiva	<u>(35,09%)</u>

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado em Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2021		2020	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Operação do sistema:					
Computadores	20%	93	(22)	71	89
Móveis e utensílios e Equipamentos	10%	827	(74)	753	599
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	138.048	(5.302)	132.746	133.495
Máquinas e equipamentos	3,33%	227.616	(8.843)	218.773	226.353
Desmobilização		2.406	(146)	2.260	3.728
		368.989	(14.386)	354.603	364.264

	Imobilizações em Andamento	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	120.215	-	-	120.215
Adições	232.185	2.802	-	234.987
Custo de Empréstimos incluídos nos ativos qualificáveis (a)	7.348	-	-	7.348
Desmobilização	-	3.749	-	3.749
Baixas	(359.748)	132.132	227.616	-
Amortização Desmobilização	-	(21)	-	(21)
Depreciação do exercício	-	(751)	(1.263)	(2.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	137.911	226.353	364.264
Adições	-	4.034	-	4.034
Desmobilização	-	(1.343)	-	(1.343)
Amortização Desmobilização	-	(125)	-	(125)
Depreciação do exercício	-	(4.647)	(7.580)	(12.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	135.830	218.773	354.603

10.1. Ativos dados em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 218.772 foram vinculados a garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do BNB. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva Desmobilização

Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.762
Despesa Financeira	80
Atualização de Provisão	(1.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.500</u>

10.4. ICMS Diferido

A Companhia possui ICMS diferido no valor de R\$ 2.815 referente as operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota.

Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

11. FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	1.536	1.548

Trata-se de obrigações com fornecedores o qual serão quitados no prazo máximo de 90 dias.

12. FINANCIAMENTOS

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Encargos de juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
			<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
BNB	FAM (a) x 2,54%	2039	7.934	9.501	259.148	251.412

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA.

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Inicial	260.913	113.892
Adição	15.342	137.854
Apropriação de Juros	32.104	12.703
Amortização Principal	(9.154)	-
Amortização Juros	(32.123)	(3.537)
Saldo Final	267.082	260.913

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2023	4.922
2024	6.100
2025	7.181
2026	7.893
2027	9.380
2028 a 2039	223.672
Total	259.148

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 35.2018.4547.25370, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e Ventos de São Fernando I Energia S/A, seguem reproduzidas abaixo:

- Formalização dos seguintes contratos com o BANCO, doravante denominados CONTRATOS ACESSÓRIOS. As garantias especificadas nos contratos abaixo deverão estar livres de ônus na época em que forem constituídas em favor do BANCO, podendo haver o compartilhamento das garantias com o(s) banco(s) emissor (es) de FIANÇA(S) BANCÁRIA(S), enquanto está(s) estiver(em) vigente(s), havendo a necessidade de formalização de Contrato de Compartilhamento de Garantias:

- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS celebrado entre EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, que dá em garantia os direitos creditórios relativos aos provenientes dos Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A - CNPJ nº 06.981.176/0001-58, na forma do CV/AT 3442/2018, de 26/06/2018, Termo de Cessão I - CV/AT 3442/2018 de 25/09/2018 e Primeiro Termo Aditivo TA CV/AT 3442/2018, de 26/09/2018, bem como quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelo EMITENTE/CREDITADO;
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, que dá em garantias os direitos emergentes oriundos das Concessões/Autorizações concedidas pelo órgão regulador, relativas ao empreendimento objeto do financiamento;
- CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, celebrado entre o BANCO e a(s) acionista(s) do EMITENTE/CREDITADO;
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES celebrado entre o EMITENTE/CREDITADO e o BANCO, que dá em garantias os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativas ao empreendimento objeto do financiamento;

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas que caso sejam descumpridas geram o vencimento antecipado da dívida:

- Registrar no passivo exigível de longo prazo dos seus balanços e balancetes, quando obrigado a fazê-los, os valores utilizados do financiamento concedido, sob a conta "Banco do Nordeste do Brasil S.A.", indicando em seguida a origem dos recursos;
- Quando exigida pelo BANCO, contratar auditoria externa especializada independente cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entregando a este os pareceres e relatórios produzidos, facultando ao BANCO contratar diretamente referidos serviços de auditoria externa independente tão somente no caso de o EMITENTE/CREDITADO não o fazer até o final do exercício objeto da auditoria, ficando, neste caso, desde já autorizado a fazê-lo em nome e por conta do EMITENTE/CREDITADO, debitando a este as despesas correspondentes para imediato pagamento sob pena de incorrer em mora pelo valor devido;
- Manter, por todo o período do financiamento, a autorização e a operação do empreendimento objeto deste contrato, bem como o cumprimento de todos os respectivos contratos vinculados ao empreendimento financiado;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Ventos de São Fernando I Energia S.A.

- Enviar ao BANCO, anualmente, Demonstrativos Contábeis completos, na forma da legislação tributária então vigente, referentes ao ano imediatamente anterior, em até 10 dias corridos da sua publicação/disponibilização ou ato legal que o substitua;
- Não distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, superiores ao mínimo previsto na legislação brasileira, caso haja qualquer inadimplemento de obrigação pecuniária ou o FUNDO DE LIQUIDEZ não esteja preenchido nos termos previstos no presente instrumento de crédito;
- Não sofrer protestos de dívida líquida e certa, em valor global, superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto for feito por erro ou má-fé, devidamente comprovados, for cancelado no prazo de 30 (trinta) dias, for suspenso por decisão judicial; for pago ou for prestada garantia pelo EMITENTE/CREDITADO comprovadamente aceita pelo credor ou pelo Poder Judiciário, conforme o caso,
- Uma vez efetivada a entrada em operação comercial do empreendimento(s) objeto do crédito, suspender suas atividades por mais de 90 (noventa) dias consecutivos;
- Vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado;
- Aplicar recursos oriundos de financiamentos concedidos pelo BANCO de forma irregular ou diversa daquela prescrita pelos respectivos contratos;
- Deixar de reforçar as garantias dos créditos imediatamente após notificação do BANCO nesse sentido, se ocorrer qualquer fato que determine a diminuição ou depreciação de tais garantias, respeitados os prazos de cura estabelecidos no instrumento de crédito/garantia
- For sujeito passivo de demanda judicial que possa atingir os direitos creditórios do BANCO;
- Contratar com outra instituição financeira financiamentos cobertura de itens previstos no Anexo-Orçamento constante instrumento de crédito, ou a ele anexo;
- Vier a ter sua conta de depósitos encerrada no BANCO, ou seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil, não regularizado em até 30 (trinta) dias contados do conhecimento do encerramento da conta ou da inclusão no referido cadastro;
- Pedir recuperação judicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção;

- Remover os bens financiados, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, sejam os bens financiados garantidores ou não garantidores deste instrumento de crédito;
 - Alterar o controle acionário do EMITENTE/CREDITADO sem prévia e expressa anuência do BANCO.
- I) contra o EMITENTE/CREDITADO e/ou seus condenatória transitada em julgado, em razão EMITENTE/CREDITADO e/ou seus dirigentes, que de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho sexual, proveito criminoso da prostituição ambiente; dirigentes de sentença da prática de atos, pelo importem em discriminação escravo, assédio moral ou crime contra o meio ambiental;
 - II) decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei;
 - III) inadimplência do EMITENTE/CREDITADO em relação ao pagamento dos encargos e/ou do principal de qualquer obrigação contratada junto ao BANCO;
 - IV) existência de registro do EMITENTE/CREDITADO no Cadastro Informativo dos Créditos Não-quitados do Setor Público Federal (CADIN).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dívida (a)	267.082	260.913
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	<u>11.416</u>	<u>7.018</u>
Dívida líquida	255.666	253.895
Patrimônio líquido (c)	89.636	103.551
Índice de endividamento líquido	2,85	2,45

(a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

<u>Ativos Financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		<u>Valor contábil e valor justo</u>	<u>Valor contábil e valor justo</u>
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	3.990	226
Aplicações financeiras vinculadas	2	7.426	6.792
		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>
<u>Custo Amortizado</u>			
Contas a Receber Geração de Energia	-	3.460	9.419
Total dos ativos financeiros		<u>14.876</u>	<u>16.437</u>
Passivos Financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	1.536	1.548
Financiamentos	-	267.082	260.913
Partes Relacionadas e Dividendos	-	<u>6.104</u>	<u>8.182</u>
Total dos passivos financeiros		<u>274.721</u>	<u>270.643</u>

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

13.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2021</u>
Passivos						
Fornecedores	1.536	-	-	-	-	1.536
Financiamentos	20.639	20.639	41.277	123.831	198.246	404.632
Partes Relacionadas	6.104	-	-	-	-	6.104
	<u>28.278</u>	<u>20.639</u>	<u>41.277</u>	<u>123.831</u>	<u>198.246</u>	<u>412.271</u>

13.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.7. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtiveram financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 31 de dezembro de 2021:

<u>Risco</u>	<u>Instrumentos</u>	<u>Varição de 50%</u>
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	7.426
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	9,52%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,76%
	Perda	(353)
		<u>(353)</u>

<u>Risco</u>	<u>Instrumentos</u>	<u>Variação de 50%</u>
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Financiamento	267.082
	Taxa anual estimada de IPCA + 2,54%	7,44%
	Efeito anual nos Financiamentos	2,45%
	Perda	<u>6.544</u>

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Arrendamento	740	253

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 100.000, é representado por 100.000 mil ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2021 houve a absorção dos saldos de reserva legal com saldo de prejuízo apurado no exercício.

b.2) Reserva Especial de Lucros – Em 2021 houve a absorção dos saldos de reserva especial de lucros com saldo de prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de lucro:

Em 2021 não houve distribuição devido ao prejuízo no exercício de 2021. Em 2021 a companhia pagou R\$ 1.106 de dividendos referente ao exercício de 2020. O Estatuto Social da Companhia determina destinação mínima de dividendos de 25% do lucro líquido, após as destinações legais.

16. RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta		
Venda de energia	48.741	21.701
Deduções da Receita:		
Impostos sobre vendas	(1.760)	(1.980)
Receita líquida	<u><u>46.981</u></u>	<u><u>19.721</u></u>

17. DESPESA CLASSIFICADO POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	21.789	6.034
Gerais e Administrativas	1.648	583
Total	<u><u>23.437</u></u>	<u><u>6.617</u></u>

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	4.571	1.488
Encargos Uso do Sistema e Produção	4.126	2.258
Arrendamentos	740	253
Depreciação	12.352	2.035
Despesa Legais e Cartório	4	21
Prêmios de Seguros	620	190
Impostos e Taxas	181	122
Outras Despesas Administrativas	380	116
Despesa com Serviços Profissionais	463	134
Total	<u>23.437</u>	<u>6.617</u>

18. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas aplicações financeiras	428	76
Receitas financeiras	<u>428</u>	<u>76</u>
Juros sobre a dívida	(32.104)	(5.184)
Desmobilização	(81)	(13)
Despesa Bancárias (a)	(4.002)	(677)
Outros	(95)	(37)
Despesas financeiras	<u>(36.281)</u>	<u>(5.911)</u>

(a) Os custos de maior relevância em despesas bancárias, refere-se a garantia do financiamento junto ao Banco BNB pelo Banco Bradesco.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

19.1. Transações comerciais

	<u>Aquisição de Serviços</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (a)	1.591	660
Elecnor do Brasil Ltda (a)	276	-
Totais	<u>1.867</u>	<u>660</u>

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2021	2020
	-	-
<u>Fornecedores</u>		
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (a)	104	150
Rio Norte I Energia (b)	-	6.926
Rio Grande Energia Renovaveis Ltda (c)	6.000	
Totais	6.104	7.076

- (a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.
- (b) Refere-se a contrato de mútuo firmado entre as partes, em 09 de dezembro de 2020, estabelece o prazo de pagamento do empréstimo em 12 meses a contar da sua data de disponibilização e sem atualização de juros.
- (c) Refere-se a contrato de mútuo firmado entre as partes, em 13 de dezembro de 2021, estabelece o prazo de pagamento do empréstimo em 12 meses a contar da sua data de disponibilização e sem atualização de juros.

Dividendos a pagar para Acionistas:

	Valores a pagar para acionistas	
	2021	2020
<u>Acionistas</u>		
RIO NORTE I ENERGIA	-	1.106
Totais	-	1.106

Em 2021 a companhia pagou R\$ 1.106 de dividendos referentes ao exercício de 2020.

19.2. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes.

	Posição em 31/12/2021
<u>Compromissos</u>	
Encargos de Transmissão	4.126
Arrendamentos	740
Total	<u>4.866</u>

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.